

João 2 MAI 1987

Diretas só em todos os níveis, ameaça PFL

CORREIO BRAZILIENSE

A cúpula do PFL está inclinada a propor eleições gerais em todos os níveis se o PMDB insistir em aprovar as eleições diretas para presidente da República no próximo ano. Pelo raciocínio do líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), a legitimidade do mandato do Presidente da República é a mesma dos governadores, senadores, deputados federais e estaduais.

A proposta de eleições gerais — o "julgamento final", na definição do senador Itamar Franco (PL-MG) — tem o apoio de parlamentares de vários partidos. No PDS, por exemplo, o deputado Konder Reis (SC) está tentando convençer a cúpula do partido de que esta é a melhor proposta para a democracia e os pedessistas, que já recuperaram muito do prestígio perdido.

ESTRUTURA

O líder do Governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), só aceita as eleições diretas se forem acopladas às municipais. Ele tem a certeza de que havendo uma campanha eleitoral nos municípios, o PMDB será o grande beneficiado porque tem a melhor estrutura em todo o País.

No raciocínio de Carlos Sant'Anna, expresso em várias reuniões, não há pe-

rigo na candidatura do ex-governador Leonel Brizola se as eleições presidenciais coincidirem com as municipais. Brizola terá boa votação nas principais cidades, mas perderá facilmente no total e o candidato do PMDB será eleito com vantagem.

Contra Brizola há, ainda, dois outros fatores: 1) a possibilidade de segundo turno e o fato de que não terá espaço na televisão. Apenas o horário obrigatório do TSE não será suficiente.

GERAIS

O argumento de que os deputados e senadores não aprovaram as eleições gerais porque defenderão os seus mandatos está sendo rejeitado pelos fatos. O número de constituintes que defende as eleições em todos os níveis está aumentando diariamente. Se fosse votada hoje, a previsão é de que essa proposta teria no mínimo 30% dos votos.

A última sugestão nesse sentido é do deputado João Cunha (PMDB-SP), que não incluiu os governadores para evitar maiores reações. Cunha quer as eleições para Presidente, Vice, deputados e senadores no prazo de 90 dias após a promulgação da nova Constituição. O atual presidente terá direito à reeleição.

Alega João Cunha que a Constituinte deveria ter si-

do exclusiva, com "a missão superior e objetiva de elaborar o novo pacto social, o que, infelizmente, razões de ordem política ou de falta de visão mais patriótica não permitiram".

A legitimação decorrente da eleição direta para presidente da República "fortalecerá o poder Executivo, propiciando-lhe com segurança o encaminhamento das decisões nacionais". O Congresso deveria, acen-tua, renunciar a seus mandatos, aceitando as eleições gerais, após a nova Constituição em busca da recomposição nacional.

"Essa busca da legitimidade, após a nova Constituição, seria a mais bela forma de restabelecermos o conceito dos políticos, o respeito pelo Parlamento é um exemplo imorredouro", argumenta João Cunha, que enfatiza ao final:

"Muitos poderão dizer-nos inável ou meramente sonhador. Pelo primeiro predicado identificariam os abolidos no Poder, os que acreditam que a prática política deva ser a do oportunismo, a do jogo perigoso dos interesses meramente pessoais ou grupais, esses mesmos que, com a ação política nefasta, vêm dando mau exemplo ao povo, fazendo-o descer de suas instituições e a rir-se da caricatura política com que são retratados nos vídeos da comciadeno-rial".